

AGENDAMENTO COMPARTILHADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

ROSA, Rosane
Doutora
UFSM
rosane.rosa@terra.com.br

RESUMO

Aborda-se o conceito de *advocacy* e contra-agendamento como uma forma de a sociedade civil incluir suas causas na mídia, objetivando a tematização e a possibilidade de transformar-se em política pública. Analisa-se a reportagem “Uma conquista longe das ruas”, resultado de um agendamento compartilhado e que, em muitos aspectos, serve de referência para a cobertura de políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Políticas públicas. *Advocacy*. Agenda compartilhada.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Terceiro Setor tem sido referência no desenvolvimento de iniciativas, principalmente voltadas à advocacia de causas e políticas sociais. Com profissionalismo e autonomia na gestão da informação e da comunicação, as ONGs ocupam importantes brechas comunicacionais na abordagem de problemas sociais. Além das ONGs, os sites de internet, os blogs, televisões públicas, rádios comunitárias e programas educacionais também têm contribuído para a ampliação do debate público com maior participação da comunidade.

Neste cenário, destaca-se a relevância de debater a comunicação no terceiro setor e sua relação com a mídia à luz dos conceitos de contra-agendamento e *advocacy* social abordados por Silva (2007). Trata-se de uma proposta de profissionalização e competência comunicacional ampla, por parte da sociedade civil organizada, de forma que a mesma consiga se mobilizar e inserir suas pautas no espaço público midiático de forma qualificada.

Além dessa necessária profissionalização e competência comunicacional, o desempenho da sociedade civil organizada (terceiro Setor) e do governo (primeiro Setor) frente às políticas públicas, ganha visibilidade na mídia noticiosa (predominantemente pertencente ao segundo Setor), uma vez que o jornalismo tem a responsabilidade de fiscalizar o poder quanto ao uso dos recursos públicos. Sabe-se que, mesmo a partir de um contra-agendamento, o jornalismo narra a realidade cotidiana de um espaço central, com regras e convenções próprias, para a sociedade. Para tanto, utiliza-se de jogos de linguagem, para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu. Esse lugar privilegiado que o narrador jornalístico (individual e institucional) ocupa, entre as demais narrativas sociais, aumenta a sua responsabilidade, uma vez que suas práticas são carregadas de valores, referências comportamentais e de modelos de identidades. Essa responsabilidade pode ser compartilhada através da prática de um agendamento cooperativo das políticas públicas com a sociedade civil organizada.

Adota-se aqui a percepção de Política Pública Social de Demo (2007, p. 9), como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. A

desigualdade social é vista como componente histórico-estrutural, que integra a dinâmica social, em termos de “resistência e necessidade de mudança”. Para mudar, o autor defende que o processo emancipatório deve fundamentar-se em dois pilares: um econômico, voltado para a autossustentação, e outro político, assentado na cidadania. Nessa perspectiva, as políticas sociais devem apresentar as seguintes características: “[...] redistributiva de renda e poder [...] equalizadora de oportunidades [e] sempre que possível ser emancipatória” (p. 20-23). Dito em outras palavras, as políticas sociais devem contemplar os dois horizontes da pobreza, socioeconômico e político, caso contrário, transformam-se em “mecanismos de controle e desmobilização social” (p. 9). Portanto, ignorar a pobreza política e atacar apenas a pobreza econômica é trabalhar para manter a dependência e o círculo vicioso da pobreza.

Parte-se também do conceito de pobres abordado por Gialdino (2003, p. 267), que define essas pessoas como sendo “aquelas que se veem submetidas a uma rede de relações de privação de múltiplos bens materiais, simbólicos, espirituais e de transcendência, imprescindíveis para o desenrolar autônomo da sua identidade essencial e existencial.” (tradução nossa)

Seguindo a visão sistêmica dos autores, inclui-se o jornalista-narrador das políticas públicas sociais como possível integrante-responsável de uma relação de privação e/ou de construção da cidadania. Neste sentido, Castro (2008) lembra que a premissa que deve orientar a cobertura de políticas públicas é que os direitos básicos devem ser garantidos a todos os cidadãos. Bucci (2008, p. 46) complementa, afirmando que a responsabilidade do jornalismo é “servir o cidadão e vigiar o poder”.

Assim, aborda-se, na primeira parte desse artigo, o conceito de *advocacy* e contra-agendamento (SILVA, 2007) como uma forma de a sociedade civil organizada incluir suas causas sociais no espaço público midiático, objetivando a tematização da pauta e/ou adesões a sua causa até a possibilidade de transformar-se em política pública social.

Na segunda parte analisa-se a reportagem “Uma conquista longe das ruas¹”, resultado de um agendamento compartilhado entre a Instituição São Vicente de Paula e o jornal *Zero Hora*. Ao contrário de outros acontecimentos que ganham visibilidade midiática, a narrativa pauta-se na linguagem dos direitos, e o enquadramento se dá no processo de desenvolvimento humano das pessoas em causa. A narratologia se constitui na ferramenta de análise da reportagem que utiliza-se de jogos de linguagem para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu. A análise foi orientada pelos procedimentos sugeridos por Motta (2007, p. 147-166):

reconstituição do acontecimento jornalístico; a construção de personagens jornalísticas; a identificação dos conflitos; estratégias comunicativas objetivadas e subjetivadas; a relação comunicativa e o “contrato cognitivo” e as metanarrativas.

2 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E ESTRATÉGIAS DE AGENDAMENTO MIDIÁTICO

Ao repensar a validade e atualidade do conceito de *agenda-setting*², Silva (2007, p. 84) propõe uma inversão de premissa, ou seja, ao invés de a mídia agendar a sociedade, a sociedade agenda a mídia, uma vez que, em uma sociedade democrática, há “[...] inter-sujeitos argumentativos, promotores e advogados de direitos e causas.” Trata-se de reconhecer “[...] a existência de uma outra *agenda-setting*, na contramão da primeira.” Significa que a sociedade civil organizada deseja que suas próprias pautas também sejam atendidas, incluídas e tematizadas, no espaço público midiático, como questões da atualidade. A esse fenômeno comunicacional o autor chama de contra-agendamento.

Os conceitos básicos do contra-agendamento são a mediação, o agendamento e o *advocacy*. A mediação é entendida sob dois aspectos. O primeiro refere-se à busca dos meios para a visibilidade e solução de problemas, até transformar-se em políticas sociais e públicas. O segundo aspecto remete à necessidade de mediação midiática de um tema. Essa instância de mediação vai além de dar visibilidade ao tema. Fomenta o debate público, proporciona novas produções de sentido, atitudes e comportamentos:

É quando se configura a passagem da esfera informacional para a esfera comunicacional, ou seja, as pessoas “informadas” fazem um uso interativo e social da informação, alterando a sua própria conduta e agindo de maneira a transformar a realidade, individual ou coletivamente. (SILVA, 2007, p. 98).

Para que ocorra essa transmutação da esfera informacional para a comunicacional com apropriação interativa e uso social da informação, é indispensável que o narrador consiga ser, simultaneamente, crítico e propositivo. Só assim a narrativa assume um caráter mobilizador e transformador. Essa passagem integra o processo que culmina com a apropriação e uso social da informação. É esse ato que permite a passagem do *status* de consumidor para o de um cidadão, que processa as informações e se apropria do que julga relevante para sua experiência de vida individual e coletiva. Essa transmutação, da informação à comunicação, do consumidor ao cidadão, não se dá automaticamente. A precondição é que produtor e receptor catalisem as informações, em favor de processos de reflexão, interação, cooperação e transformação social. Esse

espaço de intersubjetividade, segundo o autor, possibilita agendamentos de contrafluxo de problemas e soluções sociais e públicas.

O *advocacy* de interesse, por sua vez, é que possibilita o contra-agendamento. As estratégias de agendamentos são variadas, como, por exemplo, a espetacularização (ações do *Greenpeace*), ritualização (marchas dos Sem-Terra), mobilização (tem um caráter de permanência: militâncias, movimentos, ações afirmativas etc.), campanhas (caráter de sazonalidade), *merchandising* social em telenovelas (iniciativas dos próprios autores ou de movimentos e organizações sociais, ou, ainda, parceria entre roteiristas e mobilizadores, para que o agendamento seja politicamente e socialmente adequado)

O *advocacy* (defesa de direitos) é um conceito central, voltado especificamente para o agendamento midiático: “[...] o *advocacy* como um elemento qualificador da ação do agendamento institucional ou (contra-agendamento), ou seja, é a ação de *lobby*, sim, mas em favor de um tema institucionalizado ou em vias de institucionalização.” (SILVA, 2007, p. 88). O Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP)³, também destaca a relevância desse lobby social, sendo que o conceito de *advocacy* significa “[...] trabalhar para a sensibilização dos gestores públicos e da sociedade civil sobre a importância de temas de interesse social.”

O êxito do contra-agendamento, porém, não depende apenas de uma simples publicação, mas implica o tratamento/enquadramento dado ao tema. Assim, o contra-agendamento visa ao enfretamento de um problema e engloba um processo de mobilização social: a seleção de temas, a serem ofertados para publicação; a elaboração de produtos a serem oferecidos aos diversos meios; ações de *advocacy* junto à mídia, visando à construção de um relacionamento mútuo, em que haja espaço para negociação sobre as informações e publicações; ações de influência, junto às instâncias de decisão, sobre o que é notícia e o que deve ser publicado; o monitoramento e análise das informações publicadas; o replanejamento de ações de advocacia, de modo a se otimizarem quantidade e qualidade; o melhor aproveitamento dos espaços midiáticos em ações de sensibilização e de mobilização social. (SILVA, 2007, p. 85).

Nesse processo, é necessário ainda distinguir as diferentes formas de agendamento: autônomo, no qual a iniciativa é da mídia; heterônomo, é o que vem, circunstancialmente, de fora das redações; institucional, aquele agendamento que, sistematicamente, elabora esforços e executa estratégias, visando a obter melhor visibilidade e tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização.

O terceiro tipo de agendamento é o que mais interessa a esse estudo, uma vez que não se limita a iniciativas internas ou externas, e é feito de forma permanente e

sustentável. O agendamento institucional atua com propostas bem definidas, relacionadas às mudanças sociais e causas coletivas, no esforço de estabelecer uma parceria em que ambas as partes cooperem. A intenção é que as organizações da sociedade civil organizada tornem-se fontes confiáveis sobre determinada temática, e o jornalismo tenha, em seus quadros, profissionais com perfil humano-sociocultural adequado ao acolhimento e desenvolvimento de uma pauta institucionalizada. O autor adverte que essa busca de institucionalidade refere-se ao tema e não deve existir em proveito da organização atuante.

No caso de grandes ações sociais, além do agendamento das estratégias para as políticas sociais e públicas, é necessária uma parceria para um agendamento midiático que vise, além da simples publicação de notícias, informações de utilidade pública, como serviços disponíveis, instruções e procedimentos a serem seguidos. Outra possibilidade é estabelecer parcerias com a mídia, tanto para sensibilização pública, quanto para o desenvolvimento de atividades que contribuam para uma melhor compreensão das questões em pauta, por parte dos formadores de opinião.

Esse tipo de parceria não implica contrapartida financeira, mas repercussão com relação a três valores: valores-notícia; valores-serviço; valores-permuta. A categoria dos valores-notícia corresponde ao plano factual. Busca a receptividade do veículo e a sensibilidade dos profissionais para que determinado tema social seja publicado. Já a segunda categoria requer o comprometimento do veículo, no sentido de anexar valor-serviço ao valor-notícia, ou seja, indicar algum tipo de ação cidadã concreta, acompanhado de procedimentos necessários. Os valores-permuta pressupõem uma relação mútua, cujo processo pode se dar de diferentes formas. As organizações desempenham a função de “reservas técnicas” de um tema, prestando informações e até consultorias, aos veículos interessados, no respectivo tema. Por sua vez, as redações usam de boa vontade para com as agendas dessas fontes sociais e se comprometem a desempenhar papéis e atuações, visando “[...] a supremacia do noticiamento de soluções e práticas exemplares, em detrimento da simples cobertura dos problemas e dramas sociais.” (SILVA, 2007, p. 93).

Entre as principais referências de contra-agendamento e da prática da *advocacy* (*lobby*) no esforço de utilizar o potencial midiático para debater e buscar alternativas para problemas sociais destacam-se: o Movimento dos Sem-Terra - reforma agrária; o *Greenpeace* - meio ambiente; o Movimento em Defesa da Cultura Negra; Grupo Gay - direitos dos homossexuais; a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); Transparência Brasil - corrupção; Viva Rio - violência urbana.

Entre as instituições da sociedade civil que encontram grandes obstáculos para praticar o contra-agendamento e inserir sua pauta na mídia comercial destaca-se o Fórum de Democratização da Comunicação (FNDC). Apesar da competência comunicacional de seus integrantes e da capacidade de organização e mobilização social que culminou na realização da Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), em meados de 2009, foi uma pauta praticamente esquecida pela mídia noticiosa. Uma possível justificativa para essa “ausência” é o temor dos proprietários dos conglomerados midiáticos em relação ao “controle social” da mídia. Eles normalmente encaram as tentativas de debater a democratização da comunicação como “censura”, mas o que se pretende é conquistar a “cidadania comunicativa” ampliando a “participação popular”.

O conhecimento desses sujeitos e instituições, voltado para causas coletivas, pode ser utilizado como “tecnologia social” para outras temáticas e problemáticas historicamente persistentes, como, por exemplo, a saúde e a habitação. Através do agendamento midiático pode ocorrer o agendamento, também, de políticas públicas que deem conta desses direitos básicos para a maioria da população excluída. Nas áreas temáticas em que a sociedade ainda não exerce seu direito e seu dever de advogar, tem-se a consolidação de interesses de uma minoria dominante, usufruindo da cidadania plena, enquanto a maioria excluída e silenciosa suporta, apenas, o *status* de cidadão. Portanto, o contra-agendamento remete a uma luta organizada e permanente com o apoio da mídia, em prol dos interesses coletivos e direitos humanos e da cidadania.

A trajetória histórica dessas instituições prova que as mudanças sociais são decorrentes de práticas cidadãs, do comprometimento de pessoas que buscam serem sujeitos de uma história coletiva, estruturando o concreto de uma democracia participativa e não meramente representativa.

O nível de qualidade da informação contribui na intensidade dessa participação, bem como na formação de cidadãos, conscientes, críticos, solidários e participativos. A ausência dessa consciência crítica dificulta ou até impossibilita a participação na busca da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa, o que remete a um esvaziamento da democracia participativa e da função pública da mídia.

É à luz desse cenário e da possibilidade e necessidade de prática de agendamento compartilhado e *advocacy* social que apresenta-se a seguir a análise da reportagem “Uma conquista longe das ruas”, resultante de uma agenda compartilhada entre a mídia e a sociedade civil organizada.

3 RECONSTITUIÇÃO DO ACONTECIMENTO

“Uma conquista longe das ruas” é uma reportagem especial produzida com uma narrativa humanizada pela jornalista Letícia Duarte e publicada no jornal *Zero Hora*, em 29/11/2004. O enquadramento da notícia se deu no sucesso de um Projeto de Geração de Renda de uma instituição do Terceiro setor, em detrimento do fracasso de políticas públicas voltadas à solução da problemática da mendicância.

A matéria apresenta dados do Serviço de Educação Social de Rua, apontando que 42% de um universo de 435 crianças e adolescentes que receberam bolsas dos governos federal e municipal para abandonar as ruas não mudaram de situação. Em contrapartida, apresenta um caso bem-sucedido de programa social. Utiliza a história de Nívia da Costa, três filhos, 27 anos, analfabeta e negra, para ilustrar a ação social do Programa Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NASF) da Casa São Vicente de Paula, que atua contra a mendicância e trabalho infantil, em Porto Alegre.

A trajetória de Nívia é desenrolada ao longo da narrativa, mostrando desde o vício de voltar para os sinais nas ruas até a conquista de um trabalho fixo, em uma confecção de casacos de couro. Através de auxílio psicológico, rancho, creche e transporte, provenientes do projeto de geração de renda do NASF, Nívia abandonou as sinaleiras, começou a ser alfabetizada e a trabalhar.

A narrativa destaca a persistência dos coordenadores do Programa Social, que trabalharam incansavelmente para oferecer nova perspectiva de vida, a quem se habituou a ver a mendicância como única alternativa de sobrevivência familiar. Evidencia uma postura de crença no potencial da pessoa excluída, cuja construção da identidade será visto a seguir.

3.1 A construção de Personagens Jornalísticas

“O esforço de pessoas como Nívia Maria da Costa, 27 anos [...] analfabeta”.

“435 crianças e adolescentes abordados desde 2004”.

“Para garantir a permanência das famílias, o programa também oferece auxílio [...] às 40 mulheres beneficiadas”.

O uso das nomações “crianças e adolescentes”, “famílias” e “mulheres” indica o alcance do programa social em questão, que trabalha a inclusão em um contexto amplo. Isto se evidencia, pois os que focam apenas as crianças não obtiveram sucesso. Nesse cenário, a “mulher” ganha um lugar de destaque, porque, em muitos dos lares desestruturados, ela acumula o duplo papel, de mãe e provedora familiar.

A expressão “o esforço de pessoas como Nívia” significa que essa personagem representa muitas outras, que vivem uma realidade semelhante, necessitando de um programa dessa natureza, que contemple a inclusão e a emancipação das pessoas em causa, e de técnicos que persistam diante dos obstáculos. Trata-se de uma narrativa humanizada, que nomeia a personagem de “pessoa” e pelo nome completo, “Nívia Maria da Costa”, ou seja, respeitou sua identidade essencial. Destaca dois adjetivos que, juntos, ganham mais sentido, pelo nível de dificuldade enfrentado: “esforço” e “analfabeta”.

Ações atribuídas aos personagens

Uma conquista longe das ruas.”

Acostumada a pedir esmola nas sinaleiras com os filhos, Nívia viu a vida da família mudar depois de ser incluída no programa Núcleo de Apoio Sociofamiliar.

[...] durante dois anos ela retornava periodicamente às sinaleiras
[...] Na rua, costumava ganhar pelo menos R\$10 por dia [...].

Depois de ganhar a bolsa por um ano e seis meses, tornou-se independente.

Ela está redescobrando seus próprios talentos [...] Nívia persistiu [...] Nívia viu a vida mudar.

O título do episódio “Uma conquista longe das ruas” sugere que a rua não é um local para conquista e que isso só ocorreu quando a personagem se distanciou da realidade anterior.

A narrativa destaca a provisoriedade do auxílio: “Depois de ganhar a bolsa por um ano e seis meses”, e o potencial emancipatório do programa, “tornou-se independente”, para o sujeito assumir sua própria autonomia. Isso significa que o programa não segue uma lógica paternalista, mas, sim, de “ensinar a pescar”.

O uso dos verbos “acostumada”, “costumava” e “retornava” remete a um hábito, a um ritual de reproduzir a mesma ação, diariamente, e por muito tempo. É o que se percebe, à medida que o termo “retornava” representa a ocorrência de um atraso na possibilidade de tomar um novo caminho, longe das sinaleiras e, também, um retrocesso no trabalho dos técnicos. Esses verbos evidenciam as dificuldades, tanto para as pessoas em causa como para os técnicos, as idas e vindas, os avanços e as recaídas do processo de retirada das pessoas das ruas, depois que já se apropriaram dessa cultura.

O narrador sugere que a perseverança foi recompensada, “Nívia persistiu”, porque “Ela está redescobrando seus próprios talentos”. Remete à parábola bíblica⁴,

que fala dos talentos que foram enterrados e dos que foram potencializados. Assim, após ter persistido e se distanciado das ruas, está conseguindo desenterrá-los e usá-los em proveito próprio e da família. Trata-se de uma ação digna de heroína, que, como prêmio, “viu a vida mudar”. Significa que não mudaram a vida de Nívia, mas que deram condições para que ela fosse protagonista da própria mudança, “testemunha ocular” de sua trajetória de vida.

3.2 Identificação dos conflitos

[...] 435 crianças e adolescentes abordados em 2004 pelo Serviço de Educação Social de Rua em Porto Alegre recebem ou já receberam bolsas dos governos federal e municipal para abandonar a mendicância ou trabalho infantil, sem sucesso.

Mesmo com a bolsa de R\$ 150 (repassada pela prefeitura e pelo governo federal) e uma oportunidade de trabalho oferecida pela rede de assistência social e proteção à infância [...] ela retornava periodicamente às sinaleiras [...] os responsáveis pelo programa cansaram de ir buscá-la nos sinais.

A primeira narrativa evidencia a ineficácia dos programas governamentais em retirar as crianças das ruas: “[...] 435 crianças e adolescentes [...] recebem ou já receberam bolsas [...] sem sucesso”. Sugere a necessidade de uma reavaliação de programas e políticas preventivas mais eficazes e menos onerosas, uma vez que é difícil romper os vínculos criados na rua, principalmente quando a relação familiar é fragilizada, por múltiplas privações.

A segunda narrativa remete à necessidade de algo mais do que auxílio financeiro e emprego: “Mesmo com a bolsa de R\$ 150 [...] e uma oportunidade de trabalho [...] ela retornava [...] às sinaleiras”. É o caso, por exemplo, de creche para as crianças, acompanhamento sociofamiliar para uma adaptação gradativa, capacitando-a para compreender e apreender a nova perspectiva de vida. Evidencia também o cansaço, mas não a desistência dos responsáveis, que persistem no processo de romper o círculo vicioso: “cansaram de ir buscá-la nos sinais”. Demonstra, ainda, a dificuldade da personagem em cortar o vínculo com a cultura da rua: “retornava periodicamente”.

3.3 Estratégias objetivadas

Nosso projeto usa da geração de renda para mostrar que há uma Porto Alegre muito maior do que as sinaleiras [...] é preciso uma

reconstrução de valores, dedicação e esforço pessoal”. (Joel Grigolo, coordenador do projeto de geração de renda Novos Rumos da Casa São Vicente)

Os programas têm um impacto importante. Com certeza Porto Alegre hoje tem uma quantidade menor de meninos nas ruas do que teria se não houvesse esse trabalho. Mas é preciso intensificar o trabalho com toda a família”. (Professor Lucas Neiva Silva, pesquisador do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua - Cep-Rua, da UFRGS)

Ficava lá sentada cuidando de carro, não fazia nada e ganhava meu dinheiro [...]

Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje. Tenho orgulho de mim agora. (Nívia Maria da Costa)

A narrativa do coordenador do projeto mostra a convicção que os técnicos têm, no sentido de que estão no caminho certo, através de um projeto que contempla “geração de renda”, com a pretensão de “mostrar que há uma Porto Alegre muito maior do que as sinaleiras”. O objetivo de “mostrar” remete a um desejo de divulgar, apontar, indicar um caminho eficaz às instituições que trabalham com a problemática, sem obter sucesso, porque não contemplam a “geração de renda”. O coordenador complementa defendendo que “é preciso uma reconstrução de valores, dedicação e esforço pessoal”. Lembra que isso significa uma reaprendizagem e se trata, também, de um querer se dedicar, se esforçar e reconstruir, um saber e um poder fazer.

Essa condição de saber, de querer e de poder é legitimada pela fonte, representante da comunidade científica, que reconhece o efeito positivo dos programas: “Têm um impacto importante. Com certeza Porto Alegre hoje tem uma quantidade menor de meninos nas ruas do que teria se não houvesse esse trabalho”. A voz do especialista, no entanto, amplia esse saber, dizendo que o programa é impactante, mas não suficiente, pois “é preciso intensificar o trabalho com toda a família”.

O aproveitamento da oportunidade e a persistência e o profissionalismo dos técnicos são fatores que fizeram com que a personagem recuperasse sua autoestima, autonomia e a capacidade de ser protagonista de sua própria existência. Isso ocorreu de forma digna e distante das ruas, com perspectiva de um futuro diferente para os filhos, que passaram a frequentar regularmente a escola. Nesse novo contexto, diferente do passado, com o amor próprio resolvido, ela afirma: “Tenho orgulho de mim agora”. O advérbio de tempo “agora” sugere que, no passado, não tinha orgulho de si própria e do que fazia. Talvez tivesse, até, vergonha, porque “ficava lá sentada

[...] não fazia nada”, o que sugere preguiça, acomodação e vida fácil. Apesar disso, a declaração “Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje” evidencia que a realidade de múltiplas carências, incluindo a “pobreza política”⁵ que a impedia de enxergar outra possibilidade a não ser a rua.”

Essas narrativas de Neusa podem sugerir ao leitor que: “Não é ideal social ser assistido [...] uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado” (DEMO, 2007, p. 23) ou ainda, recuperando Canellas (2008, p. 104), a partir de uma política pública bem sucedida tem-se “[...] um sujeito de sua própria história, que se constrói criticamente, vocacionado para a liberdade”.

3.4 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia se deu no sucesso do Projeto de Geração de Renda da Casa São Vicente de Paula, em detrimento do fracasso das “bolsas dos governos federal e municipal”. Focou o processo de retirada de uma família das sinaleiras, a dificuldade de romper com a cultura da rua e a transformação da personagem, de “sujeito de necessidade” para “sujeito emancipado”.

Esse tipo de enquadramento no processo de mudança das pessoas em causa e não, apenas, no resultado é o foco mais interessante, mas, também, difícil de ser abordado nas pautas sociais. Isso ocorre porque o processo de desenvolvimento é algo não quantificável, exige sensibilidade, capacidade de observação e interpretação do narrador. Nas questões sociais, os números não traduzem toda a dimensão do desenvolvimento humano, respeitando a trajetória individual de cada indivíduo e grupo.

3.5 Metanarrativa

Os programas sociais, voltados para a população em situação de rua, só são eficientes se contemplarem a geração de renda aliada a um acompanhamento familiar, psicológico e de recuperação de vínculos afetivos e valores humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos defendidos por Silva (2007) de *advocacy* social e contra-agendamento são complementares às ideias do Jornalismo Cidadão (TRAQUINA; MESQUITA, 2003). Contribuem para a objetivação das possibilidades inerentes à vida social e política. Incluem as potencialidades e as capacidades da comunidade narrativa e da sociedade civil organizada para, cooperativamente, eleger os temas para o debate público. Trata-

se de ver respeitado tanto o direito social à informação como o direito de opinião. O jornalismo proporciona, assim, o crescimento da comunidade com a participação dos sujeitos na construção dos valores individuais e sociais, que regulam a vida comum.

Trata-se de um tipo de agendamento institucional acolhido pela mídia que tematizou a problemática da mendicância. Representa um esforço de estabelecer parceria, em que ambas as partes cooperem. Assim, a instituição tornou-se fonte confiável, uma “reserva técnica” sobre a temática da mendicidade. A instituição que encaminhou a pauta contou com a receptividade do veículo e a sensibilidade da profissional para que o tema fosse publicado, tendo anexado valor-serviço, ou seja, indicou ações cidadãs concretas e procedimentos necessários. Assim, ocorreu uma relação mútua e cooperativa.

Quando isso ocorre, tem-se uma simbiose entre a cidadania, a democracia e o jornalismo. Em outras palavras, tanto o jornalista quanto o jornalismo e os cidadãos integrantes da sociedade civil organizada atuam como atores políticos, “revitalizando a vida pública”. Na medida em que o jornalismo e a comunidade participam ativamente na regulação da vida comum, contribuem, também, na provocação, formulação e na implementação de políticas públicas.

A análise desse acontecimento evidencia que as estratégias narrativas utilizadas contemplaram a complexidade do fenômeno, escapando da armadilha dos números, das aparências e do senso comum. Trata-se de uma narrativa contextualizada, inclusiva, a partir da qual são percebidos certos saberes, competências e deveres da prática jornalística como a ética, a historicidade, o respeito à alteridade, a criticidade, a politicidade e a esperança. Não se limitou apenas em descrever um acontecimento ou os resultados quantitativos do programa social. Problematizou, confrontou, explicou por que aconteceu e mostrou alternativas.

A narradora destacou o potencial emancipatório da política social que foi vista como investimento para atacar tanto a “pobreza econômica” quanto a “pobreza política”. Mostrou que, no primeiro momento, a política social deu conta de um tratamento curativo, mas, na continuidade, atacou as raízes do problema: educação e trabalho. A narrativa focou o processo evolutivo da personagem, dando voz à mesma, que começou como “sujeito de necessidade” e, depois, com o aporte do programa social, se transformou em “sujeito de decisão”, atuando como protagonista de sua existência.

O estilo narrativo voltou-se para a singularidade dos personagens, que se manifestou e se construiu na escuta, na observação, no respeito e no conhecimento das pessoas em causa. A apropriação dessa realidade, pelo narrador, se deu através de um

processo de desconstrução do senso comum e das representações dominantes (CHAUÍ, 2006). Dessa forma, conseguiu contemplar a complexidade e as especificidades do fenômeno, escapando da armadilha das aparências. Nesse sentido, Canellas (2008, p. 108) defende que o vigor informativo é dado pela forma original e singular da abordagem do repórter: “Está no singular a força do jornalismo.”

Trata-se de uma cobertura feita com competência, cuja abordagem não se limitou ao aspecto econômico, mas também ético de um desenvolvimento humano com equidade. Pode-se afirmar com Bertrand (1999) que esse tipo de profissional tem consciência da natureza humana, social e política da atividade jornalística. Essa consciência se manifesta nas estratégias narrativas utilizadas, que, no mundo da recepção, têm potencial para provocar reflexões e estimular ações sobre as questões públicas e as problemáticas sociais.

SCHEDULING OF PUBLIC POLICY

ABSTRACT

It addresses the concept about advocacy and scheduling objection as a form of the civil society to include its causes in the media, aiming the discussion and the possibility of becoming a public policy. It analyzes the story “A win away from the streets”, a result of a shared scheduling that, in many aspects, serves as reference to coverage of the public social policies.

Keywords: Public Policy. Advocacy. Shared Scheduling.

PROGRAMACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMEN

El texto discute el concepto de *advocacy* y la contra programación como forma que la sociedad civil incluya sus causas en los medios de comunicación, con miras a su discusión y a la posibilidad de convertirse en política pública. Se analizó el reportaje “Una victoria fuera de las calles”, resultado de una programación compartida y que, en muchos aspectos, sirve como referencia para el respaldo de las políticas públicas sociales.

Palabras claves: Políticas públicas. Advocacy. Programación compartida.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Claude Jean. **A deontologia das mídias**. Editora Edusc: Bauru, 1999.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias**. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CANELLAS, Marcelo. **Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia**. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006,

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. São Paulo: Papyrus, 2007.

GIALDINO, Irene Vasilachis. **Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales**. Barcelona: Gedisa, 2003.

MATA, María Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación**. *Revista Fronteiras*, v. 8, n. 1, Jan./abril, 2006.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media, 1972** In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MERRITT Jr., Davis. **Public Journalism and Public Life: Why Telling the News Is Not Enough**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.

_____. **E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística**. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

MCCOMBS, M. e SHAW, D. L. **The Agenda-Setting Function of the Mass Media**. *Public Opinion Quarterly*, n. 36, 1972.

ROSA, Rosane. **“Tribos da miséria”: estratégias narrativas na construção de identidades**. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação Social), PPGCOM UFRGS. Porto Alegre, 7 de maio de 2009.

SILVA, L. M. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.

_____. **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. Disponível em <<http://www.ucb.br/comsocial/mba>>. Acesso em 20 de novembro de 2008.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

¹ Representa um fragmento da tese de doutorado intitulada “Tribos da miséria: estratégias narrativas do jornal *Zero Hora* na construção de identidades”, defendida em maio de 2009 no PPGCOM/UFRGS.

² Ver mais em McCOMBS; SHAW, 1972; 2000.

⁴ Ver Mateus 25:14-18.

⁵ Ver Demo, 2007.